



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 03 / 04 / 14

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Teófilo M. Silva

para relatar.

Em 3 / 4 / 14

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.^a JULIANA MORAES SOUZA

Parecer nº ____/2014, sobre o Projeto de Lei nº 28/2014.

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE “ALDEMAR MORENO BENVINDO” O ANEL VIÁRIO QUE LIGA OS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS À CURRAIS - PI. OBEDIÊNCIA AOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO, PREVISTOS NA DA LEI Nº 1.284/77. PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 028/2014, de iniciativa do **Deputado Estadual Fábio Núñez Novo**, que o faz com arrimo no art. 105, inciso I, do Regimento Interno da AL/PI, visando **DENOMINAR O ANEL VIÁRIO QUE LIGA O MUNICÍPIO DE BOM JESUS A CURRAIS - PI DE “ADELMAR MORENO BENVINDO”**.

Projeto de Lei lido no expediente de 1º de abril de 2014 e encaminhado a esta Comissão de Justiça para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do artigo 34, I, do já citado Regimento Interno.

II. PARECER DO RELATOR

Inicialmente, destacamos que a denominação de prédios públicos, rodovias e repartições públicas é regida pela Lei n.º 1.284, de 18 de abril de 1977, com as



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.^a JULIANA MORAES SOUZA

alterações posteriores, introduzidas pelas Leis nº 8.118/92, 2.796/81, 9.248/95, 8.596/94 e 7.388/91, 9.337/96, e Decreto n.º 44.449/99.

Dessa forma, examinaremos, se a proposição está de acordo com as condições presentes nos diplomas supramencionados, especialmente com a Lei 1.284/77, em seu art. 1º, I a IV. Resumidamente, destacamos que, é de conhecimento público que o homenageado é pessoa falecida, que não há outro prédio público com seu nome. **Nestes termos, restam preenchidos os requisitos legais.**

Quanto ao mérito, é de se ressaltar que se trata de um merecido tributo, pois quando gestor público do Município de Bom Jesus buscou o desenvolvimento daquela região, construindo, inclusive, o primeiro anel viário do Município.

Nestes termos, verificamos que o presente projeto de lei não encontra óbices a sua aprovação no que cabe a esta comissão analisar.

III. CONCLUSÃO

À vista do exposto, manifestamo-nos favoravelmente pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 028/2014, haja a sua concordância com os preceitos legais. Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, aos ____ de junho de 2014.

Dep.^a Juliana Moraes Souza

Relatora

RECEBUEMOS	
25	06
20 14	
Presidente da Comissão de	
JUSTIÇA	